

# ENSAIO PARA UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DA RURALIDADE: em busca de uma metodologia\*

Sergio Schneider\*\*

Roni Blume\*\*\*

## RESUMO

O texto traz uma reflexão sobre a ruralidade e discute os desafios e implicações relacionados ao uso da abordagem territorial como uma nova forma de defini-la. Argumenta-se que a utilização de uma definição da ruralidade assentada em uma perspectiva territorial teria a vantagem de demonstrar a maior importância do rural na sociedade. Esta perspectiva apóia-se na discussão da literatura nacional e internacional que vem sugerindo a necessidade de introduzir novas formas de delimitação do rural vis-à-vis o urbano. Com base nestas referências, apresenta-se um ensaio de uma metodologia, denominada territorial escalar hierarquizada (TEH), que consiste num esforço de desenhar uma metodologia que leve em consideração indicadores territoriais como subsídio às definições do rural. As referências empíricas para a realização do ensaio baseiam-se em dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes aos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Embora bem delimitada e elaborada em caráter experimental, considera-se que o trabalho contribui como sugestão às inovações metodológicas que possam estimular e fazer avançar as discussões sobre a ruralidade brasileira.

**Palavras-chave:** espaço rural; ruralidade; enfoque territorial; metodologia.

## ABSTRACT

This paper focuses on a reflection about rurality and discusses the implications and challenges related to the use of territorial approach as a new form to define it. Rurality definition is discussed on a territorial perspective attaching a great value to the rural aspect in the contemporary society. This perspective is based on the national and international literature debate which suggests the need of introducing new ways to define what rural vis-à-vis to urban is. Based on such references, we show herein an essay on a methodology, named hierarchical territorial scale (HTS), which uses territorial indicators as basis for defining what rural means. The essay is based on empirical references from IBGE data on the southern States of Rio Grande do Sul and Paraná. Although, the essay is much delimited and wrote in an experimental form, we consider it a suggestion to methodological innovations that could stimulate a continuous discussion on the Brazilian rurality.

**Key words:** rural space; rurality; territorial approach; methodology.

\*Uma versão deste artigo foi apresentada no II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, realizado pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), em Santa Cruz do Sul (RS), de 28 de agosto a 1.º de setembro de 2004.

\*\*Sociólogo, mestre e doutor em Sociologia, respectivamente pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e do Departamento de Sociologia da UFRGS. e-mail: schneide@ufrgs.br

\*\*\*Geógrafo, mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios (Cepan/UFRGS). e-mail: roniblume@yahoo.com.br

Artigo recebido para publicação em maio/2005. Aceito para publicação em julho/2005.

## 1 O DEBATE RECENTE SOBRE A RURALIDADE

Nos últimos anos, assiste-se a um revigoramento das discussões sobre o significado e o tamanho do rural no Brasil. Por se referir basicamente aos destinos da população que vive em áreas rurais, o debate passou a ser conhecido pelo termo *ruralidade*. Embora no Brasil a dimensão demográfica tenha obtido maior relevo, no sentido de buscar saber quais os critérios para definir o tamanho da população rural, as discussões em torno da ruralidade vão muito além desta dimensão. Na França, por exemplo, a discussão sobre a ruralidade abarca desde a problemática social da gestão do espaço e da reprodução das famílias de agricultores, aos aspectos relacionados à viabilidade econômica e produtiva dos negócios e transações comerciais, a questão da preservação do patrimônio histórico e cultural (físico-natural e humano) e, sobretudo, a dimensão ambiental, plasmada na preocupação com as formas de uso dos recursos naturais, como o solo, a água e a biodiversidade. Ou seja, quando se fala em ruralidade, está-se referindo às múltiplas dimensões das relações dos humanos e não-humanos com o meio ambiente, que é o próprio espaço rural.

No Brasil, a retomada das reflexões sobre a ruralidade, seja pelos cientistas sociais ou formuladores de políticas públicas, chama a atenção pelo fato de que até bem pouco tempo, notadamente no início da década de 1990, este debate era tido como superado por muitos estudiosos. Naquele período, talvez em razão das mudanças estruturais que haviam ocorrido na agricultura nas décadas anteriores, não era raro encontrar autores que esposavam a tese de que a preocupação com o destino dos 24,5% da população brasileira (em 1991) que habitava em áreas rurais era anacrônica, dada uma tendência inexorável de urbanização da sociedade brasileira.

Talvez seja importante sublinhar que a discussão atual sobre a ruralidade já não se assenta mais naquelas antigas concepções dicotômicas que procuravam definir o rural em oposição ao urbano, atribuindo-lhe características como a baixa mobilidade e estratificação social, forte autonomia, dependência da agricultura, entre outras, conforme preconizado na clássica definição de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1986) e Solari (1973). Atualmente, os estudiosos já não divergem quanto à existência de uma interação ativa e recíproca do rural com o urbano e vice-versa. Embora não exista acordo em relação ao modo de classificar e definir o conteúdo e a extensão da ruralidade, o que se discute mais adiante neste texto, há consenso de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas (produtivas e tecnológicas etc.) e os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluidos, permeáveis e transpassados; enfim, integrados de algum modo à sociedade contemporânea. Portanto, aquela idéia de associar o rural ao atrasado, ao isolamento e à tradição, e o urbano ao progresso, à integração e à modernidade perdeu seu sentido.

Entre os que se dispõem a discutir a ruralidade há uma vertente que se caracteriza por uma posição resignada, pois aceita o debate mas discorda da sua suposta *novidade*.<sup>1</sup> Argumentam que os temas do passado, como a discussão sobre a reforma agrária e os

---

<sup>1</sup>Determinar o caráter *novo* ou *velho* de um debate é sempre esforço inócuo do ponto de vista científico. Em 1978, José de Souza Martins publica um artigo cujo argumento central parece válido ainda hoje. Na ocasião Martins se ocupava da reflexão sobre a ambigüidade (de um lado, atribuição teórica e conceitual e, de outro, normativa e prática) da relação cidade-campo ou rural-urbano na tradição sociológica, procurando mostrar como estas formulações dualistas ou dicotômicas assentavam em falsas premissas. Segundo Martins, a criação de uma sociologia específica para estudar o rural (a sociologia rural) acaba

problemas fundiários, mantêm-se inalterados. Sustentam posição semelhante em relação à persistência da pobreza no meio rural e às diversas formas de violência e clientelismo político, que seriam sinais clarividentes de que o rural brasileiro continuaria a ser exatamente o mesmo de sempre: pobre, violento e injusto. Finalmente, existem os que divergem da novidade da discussão sobre a ruralidade com base na afirmação de que o fenômeno mais relevante que ocorreu no meio rural nos anos recentes foi a ampliação da política de previdência social, sendo seus impactos positivos o que haveria de realmente *novo* nestes anos recentes.

Bem menos permissiva e condescendente é a posição que preferiu abolir completamente a referência ao rural ou à ruralidade. Trata-se, neste caso, daqueles que preferem utilizar o termo agronegócio (uma tradução de *agribusiness*) para caracterizar o conjunto de operações de produção, troca e distribuição, organizadas em forma de cadeias, que começam na lavoura e terminam na gôndola do supermercado. Esta perspectiva procura mostrar que são os fatores que implicam a maximização das condições para o funcionamento da cadeia de valor frente a uma determinada estrutura de mercado. Em consequência, os estudos buscam conhecer as formas e os métodos de obtenção da produção, a gestão e administração racional das transações daí decorrentes, as trocas mercantis e os ganhos financeiros auferidos. Por isso, ocorre um deslocamento do foco das ações, relações e interações dos indivíduos, empresas e instituições que atuam no rural para a esfera da produção agropecuária. Trata-se, desse modo, de uma percepção que tende a associar e reduzir o rural à agricultura ou à produção agropecuária *lato sensu*, restringindo o debate a esta alçada.

Não obstante essas ressalvas, é mister reconhecer que há uma discussão em curso sobre a ruralidade, que vem mobilizando estudiosos, pesquisadores e instituições. Este debate pode ser dividido em duas perspectivas distintas, mas não antagônicas entre si. A primeira focaliza mais os aspectos demográficos e econômicos e propõe que se analise de modo separado a dinâmica social do espaço rural dos processos econômicos e produtivos da agricultura ou da atividade agrícola *stricto sensu*. Ou seja, a ruralidade seria muito mais ampla e complexa do que a atividade econômica agrícola que é praticada. A segunda perspectiva de análise da ruralidade centra-se mais acentuadamente nos aspectos sociológicos e etnográficos relacionados às formas de construção e redefinição das identidades sociais, da cultura, da sociabilidade e dos modos de vida.<sup>2</sup>

---

legitimando o pressuposto de que existe esta especificidade na forma de uma dominação do urbano sobre o rural, da cidade sobre o campo ou da indústria sobre a agricultura. Neste sentido, afirma Martins, “a sociologia rural mostra-se como expressão da dominação da cidade sobre o campo”. De uma maneira geral, os estudos de sociologia rural primaram pelo empiricismo e pela forte determinação daqueles que demandam conhecimento dos problemas específicos do rural – os técnicos, *policy makers* etc. E na medida em que o estudo do rural era feito por uma sociologia engajada e comprometida por aqueles que a demandam ela própria acabou refém e abandonou suas prerrogativas analíticas, sobretudo as de cunho crítico. Embora não tenha usado estes termos, a leitura do texto de Martins mostra que o debate sobre o que é rural e urbano, sobre como delimitá-lo normativamente etc., é uma discussão inócua que no fundo decorre de uma ideologia, uma forma de ver o mundo e construir os objetos do conhecimento. Assim, a delimitação do que seja rural ou urbano consiste apenas no primeiro passo, o “*ponto de partida*” (*mas não o ponto de chegada*), para todos aqueles que desejam fazer o estudo científico e analítico dos objetos que constituem o conteúdo do rural (as relações sociais, interações, instituições, cultura etc.).

<sup>2</sup>Uma terceira perspectiva que vem conferindo uma revitalização no debate sobre a ruralidade, e que estabelece um divisor de águas entre o período atual e o passado recente, refere-se às discussões sobre meio ambiente e sustentabilidade. Há, evidentemente, controvérsias e vários enfoques sobre este assunto, mobilizando estudiosos de várias formações disciplinares

Na primeira perspectiva podem ser enquadrados os estudos realizados por José Graziano da Silva e vários outros pesquisadores ligados ao chamado “Projeto Rurbano”, que centralizaram seus esforços na discussão das novas características do mercado de trabalho rural e seus efeitos sobre a geração de fontes de renda para as famílias, bem como o impacto sobre as economias locais. As reflexões sobre a segmentação do mercado de trabalho rural em atividades agrícolas e não-agrícolas ganhou especial projeção na segunda metade da década de 1990. A partir da revelação de que o meio rural brasileiro caracterizava-se por uma dupla dinâmica do mercado de trabalho, apontando, de um lado, para a queda da população economicamente ativa ocupada na agricultura e, de outro, indicando um crescimento generalizado das pessoas e famílias ocupadas em atividades não-agrícolas, estabeleceram-se dois importantes corolários: primeiro, que havia a necessidade de diferenciar a agricultura *per se*, enquanto uma atividade econômico-produtiva, da dinâmica do espaço rural *tout court*, entendido como ambiente que, além de prover formas de ocupação da força de trabalho, também se constitui em um lugar de moradia, lazer etc. Destas questões deriva um acordo, entre os estudiosos, sobre a necessidade de não reduzir o rural à agricultura e não tratá-los como sinônimos (SILVA, 1999; CAMPANHOLA; SILVA, 2004). O segundo corolário que ganhou projeção e se sedimentou (embora já houvesse sido postulado por pesquisadores desde o início da década de 1990), a partir da maior evidência da importância das atividades não-agrícolas no espaço rural, foi a pluriatividade, especialmente no que se refere à agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003).

A segunda perspectiva, mais voltada para a sociologia, pode ser exemplificada a partir dos trabalhos de Wanderley (2000; 2001; 2002), que sublinha o modo de vida das populações que residem nos pequenos municípios como uma especificidade que seria própria da ruralidade brasileira.<sup>3</sup> Para Wanderley, apesar de a legislação brasileira indicar que todo pequeno município tenha uma área urbana, baseada em critérios administrativos, na prática estes municípios não funcionam como centros urbanos. Mesmo considerando os impactos da modernização tecnológica da agricultura e os efeitos da sociedade pós-industrial sobre a cultura e a identidade dos seus habitantes, a autora afirma que as pequenas localidades mantêm seus traços e características rurais, que são distintas do urbano. Nestes termos, formula a hipótese de que, no Brasil, estudar a ruralidade significa dar relevo à dinâmica dos modos de vida das coletividades locais. Este modo de vida *rural* seria assentado em formas de produção, marcadas, no geral, pela precariedade e vulnerabilidade (falta de infra-estrutura, acesso a serviços etc.), por uma cultura, e, conforme Wanderley, por sua “capacidade de resistência aos efeitos desagregadores aos quais está constantemente confrontado” (2001, p.42). Estas seriam as características distintivas do rural brasileiro, a serem reconhecidas e percebidas em qualquer pequeno município. O pequeno município

---

que vão desde as ciências sociais até a biologia, passando pela agronomia e destacando-se a ecologia. Não é o momento de inventariar o debate, mas cabe destacar que o tema do meio ambiente e da sustentabilidade são hoje transversais no campo das ciências sociais e submetem a discussão sobre a agricultura e a produção de alimentos ao crivo das formas de uso dos recursos naturais e da resiliência do meio ambiente. Vários trabalhos e autores poderiam ser citados, indicando-se a revisão de Guivant (1994) e Ferreira e Ferreira (2002) como referências.

<sup>3</sup>É claro que o exemplo aqui poderia ser o de outra autora, como é o caso de Carneiro (1998; 2001) e seus estudos realizados sob o enfoque etnográfico.

seria, desse modo, a projeção real e normativa da ruralidade no Brasil e, em sendo a ampla maioria, conclui-se que o País ainda é majoritariamente rural, contradizendo assim o derradeiro destino preconizado pelas estatísticas.

Para além da discussão da ruralidade brasileira a partir dos enfoques disciplinares ou temáticos, há um terceiro tipo de esforço que está em andamento e que precisa ser considerado, por sua relevância. Trata-se da discussão sobre os usos e as formas de definição normativas da ruralidade. Nesta vertente de discussão da ruralidade encontram-se aqueles que estão insatisfeitos com as definições do rural que se adotam no Brasil. A crítica principal é dirigida ao critério legal sob o qual o IBGE se apóia para diferenciar o rural do urbano.<sup>4</sup> A norma legal baseia-se em critérios políticos e administrativos que decorrem da definição dos perímetros urbanos pelo poder público local (executivo e legislativo municipais). Nestes termos, o rural define-se como a área física que resta depois de subtraído tudo o que seja considerado urbano.

Embora não restrito ao debate sobre a necessidade de reorientação do que se entende por rural e quais critérios deveriam ser utilizados para sua definição, nenhum autor foi tão longe e aprofundou o tema como José Eli da Veiga.<sup>5</sup> A contribuição de Veiga parte de uma constatação empírica, a de que a taxa de urbanização de 81,2%, informada pelo IBGE para o ano de 2000, não corresponde ao perfil rural real da sociedade brasileira. Sob o sugestivo subtítulo "*o Brasil é menos urbano do que se calcula*" (2002), o autor procura demonstrar quão equivocado e reducionista é vincular a ruralidade a um critério normativo como o do IBGE, que define como rural toda área que estiver fora dos domínios do perímetro urbano e, como urbana, toda sede de município ou distrito, independentemente de quaisquer outras características.

Segundo Veiga (2001; 2002; 2004b; 2004c), a definição do que seja rural ou urbano no Brasil se alteraria completamente caso fosse abandonada a referência à norma administrativa oriunda do Decreto-Lei Oficial n.º 311, elaborado em 1938. Em seu lugar, Veiga propõe a utilização da densidade demográfica e do patamar de população para criar um novo corte que permita separar o rural do urbano. Na sua opinião, estes seriam os critérios mais adequados para medir o grau de artificialização da natureza pela pressão antrópica sobre os ecossistemas. Neste sentido, a perspectiva de Veiga ressalta os atributos ambientais como definidores da ruralidade, sendo os critérios baseados na intensidade de seu uso em função da ação humana.

Caso fosse utilizado este novo recorte, as estimativas de Veiga são de que a proporção da população que reside no espaço rural passaria de 18,8% para 30%, tomando como referência o ano de 2000. Além de criticar a definição normativa do IBGE para definir o que seja rural no Brasil e de propor a utilização da densidade demográfica e do patamar populacional como alternativas, a contribuição mais importante de Veiga parece estar no fato de que a partir desta crítica sugere a necessidade de utilização de critérios territoriais para tratar a ruralidade.

<sup>4</sup>Já foi assimilado e aceito que não é por força e vontade do IBGE que a definição utilizada não se altera. Os próprios técnicos não se esquecem de lembrar que o Instituto precisa cumprir a legislação e não possui autonomia para agir de outro modo.

<sup>5</sup>As contribuições de Veiga também partilham da idéia de que é inadequado restringir o rural à agricultura e que se deve proceder a uma análise que supere as fronteiras setoriais.

Para Veiga, trata-se de um equívoco discutir as relações rural X urbano ou campo X cidade nos termos do debate do *continuum* ou da *dicotomia* rural-urbano (VEIGA, 1999). E sua explicação para a declarada inadequação deste aporte analítico apóia-se no fato de que as perspectivas teóricas que operam segundo esta definição baseiam-se em enfoques setoriais com tendência a contrapor o rural ao urbano, enfatizando que são contraditórios e antagônicos. Segundo Veiga (2004d), observando-se as transformações sociais e econômicas recentes, sobretudo em países e regiões desenvolvidas, é facilmente perceptível que, em vez de haver uma oposição ou contradição entre o rural e o urbano, o que existe são complementaridades.

Com base nesta constatação o autor propõe modificar a referência teórica e o enfoque setorial para chegar a uma nova definição do que seja o rural. Neste sentido, sugere o uso do enfoque territorial como uma alternativa para substituir a dicotomia rural-urbano. Inspirando-se em estudo da OCDE (1996), Veiga identifica na abordagem territorial uma nova forma de definir a ruralidade com base em critérios que possam captar a intensidade do uso do espaço rural a partir da pressão antrópica sobre os ecossistemas. Ou seja, como o próprio autor prefere definir: "A distinção entre ambientes rurais e urbanos repousa, antes de tudo, no grau de artificialização dos ecossistemas, tendo então como ponto de partida a ecologia, isto é, o estudo dos habitats naturais de todas as espécies vivas" (VEIGA, 2004a, p. 11).

A crítica de Veiga ao anacronismo da definição normativa do rural, ainda hoje utilizada pelo IBGE, baseia-se na convicção de que é preciso ir além dos critérios residuais e setoriais que a inspiram. Em seu lugar, o autor sugere utilizar uma definição do rural a partir do grau de artificialização dos ecossistemas, cujo critério ou unidade de medida poderia ser a densidade demográfica, que indicaria a pressão antrópica dos homens sobre os recursos naturais. O mais correto, afirma Veiga, é procurar critérios que possam dar conta, simultaneamente, dos aspectos ecológicos e socioeconômicos da utilização dos territórios pela espécie humana (VEIGA, 2002).

Esta é a base teórica que sustenta seu entendimento de que uma abordagem territorial talvez seja a pista ou o caminho por onde se poderia repensar e redefinir o rural e a ruralidade. No Brasil, este tipo de esforço teria urgência, especialmente levando-se em conta que a cada novo censo demográfico que é divulgado amplia-se a taxa de urbanização do País, o que significa que o rural encolhe a cada censo do IBGE.

Com o intuito de ampliar o debate que vem sendo proposto pelos pesquisadores, busca-se, na seqüência deste trabalho, avançar no desafio de elaborar uma metodologia que leve em conta critérios territoriais na construção de uma definição instrumental da ruralidade. Neste sentido, há um endosso preliminar do repto lançado por Veiga ao sugerir a necessidade de se buscar critérios ou indicadores territoriais para definir a ruralidade. Para proceder à elaboração e experimentação deste ensaio serão utilizados os dados disponíveis sobre o Rio Grande do Sul e, em segundo, o Paraná. O objetivo central deste procedimento experimental consiste em elaborar recursos heurísticos que permitam avançar na discussão sobre a ruralidade que proporcionem outros modos de dimensionar o tamanho e a localização do rural no espaço.

## 2 A RURALIDADE NA PERSPECTIVA TERRITORIAL: a abordagem da OCDE e de José Eli da Veiga

Sucintamente, pode-se dizer que a abordagem territorial sobre a ruralidade focaliza as dinâmicas e a interação que determinados grupos sociais desenvolvem sobre o espaço. Operar com a abordagem territorial implica reorientar as referências analíticas e introduzir novas técnicas de análise que permitem ampliar o entendimento do espaço rural, tanto no sentido de precisar melhor o seu conteúdo como no de indicar sua localização, o seu “lugar” no espaço.

No entanto, construir uma proposta de análise territorial que seja capaz de indicar o conteúdo e a localização no espaço, simultaneamente, reveste-se de uma operação complexa que faz apelo à confinidade entre as definições analíticas e conceituais e sua operacionalização prático-normativa. Ou seja, o desafio consiste em apresentar referências teóricas que dêem suporte à noção de território e, ao mesmo tempo, sejam capazes de indicar um modo de operacionalização que permita estabelecer critérios práticos de localização e determinação de escala.

Na literatura internacional já não são raros os trabalhos que procuraram definir referenciais territoriais para se estudar a ruralidade e as dinâmicas sociais e econômicas que aí ocorrem. No entanto, a maioria destes estudos não tem sido capaz de demonstrar a operacionalização prática destes referenciais. Como se sabe, o conceito de território tem um sentido teórico definido na geografia e, nesta disciplina, pelo menos mais recentemente, o seu *retorno* e uso corrente não tem um sentido instrumental empírico ou normativo. Isto não significa que sua utilização por outras disciplinas ou finalidades esteja interdita, apenas requer que o *uso do território* seja realizado observando-se as mediações adequadas e apontando os indicadores e métodos utilizados na sua operacionalização.

Assim, vale salientar que neste trabalho o emprego do termo território ou abordagem territorial não tem o mesmo sentido daquele que os geógrafos lhe atribuem, pois está sendo empregado de modo instrumental visando operacionalizar um recorte que poderá ser utilizado futuramente como subsídio à análise territorial. Ou seja, não se está tratando do conceito de território tal como as diferentes perspectivas analíticas da geografia o fazem.

Na seqüência são apresentadas duas tentativas de operacionalização da abordagem territorial que reivindicam um novo modo de identificar e localizar o rural. Trata-se de esforços inovadores que têm o mérito de ser pioneiros e de enfrentar a difícil tarefa de oferecer uma perspectiva diferenciada de análise das dinâmicas espaciais, nomeadamente a rural. As contribuições analisadas são as da OCDE<sup>6</sup> e de José Eli da Veiga, que se destacam pela criatividade em propor o que denominam enfoque ou abordagem territorial.

---

<sup>6</sup>A OCDE é a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que congrega atualmente 27 países com elevado nível de desenvolvimento econômico, a maioria localizada no hemisfério norte. Possui um Serviço de Desenvolvimento Territorial, que tem produzido estudos utilizando metodologias inovadoras. Para maiores detalhes, consultar OCDE (1994 e 1996) e Veiga (2004b; 2004c).

Para a OCDE a incorporação do território como um novo enfoque para se pensar a ruralidade e os próprios processos de ação e intervenção sobre o rural não são recentes, pois o tema é contemplado em seus trabalhos desde a década de 1990. Em contrapartida, no caso do Brasil, a proposição de Veiga pode ser considerada inovadora, pois chama a atenção para dimensões desconhecidas na análise do rural e da ruralidade.

### 3 A PROPOSIÇÃO DA OCDE

Preocupada em proporcionar um recorte diferenciado para o estudo do rural, a OCDE assumiu, em 1991, o desafio de elaborar uma abordagem que permitisse entender e comparar o rural entre os 24 países-membros da organização.<sup>7</sup> Este desafio teve como meta permitir a análise de dados que seriam tomados como indicadores para planejamento e políticas de desenvolvimento.

Em razão da enorme diversidade de entendimentos que cada país utiliza para definir o rural, os estudiosos da OCDE perceberam a necessidade de elaborar uma metodologia que fosse capaz de abarcar, ao mesmo tempo, as especificidades e diversidades. Neste sentido, seu “quadro de referência conceitual” não é de natureza teórica, mas baseado em referências empíricas, mais precisamente em indicadores (OCDE, 1994, p.13). Isto fez com que estabelecessem três dimensões orientadoras, a saber: o território, que faz referência às regiões e suas performances econômicas, sociais, ecológicas e políticas; o desenvolvimento rural, entendido como um conceito plurissetorial que engloba questões de natureza múltipla; e a dimensão temporal, que se refere não apenas à periodicidade das dinâmicas, mas também à historicidade da evolução das opções técnicas, econômicas ou comportamentais (OCDE, 1994, p.15 e 16).

A partir dessas referências, o sistema territorial passou a ser orientado pelas funções e potencialidades, mais que pela simples base física e geográfica (OCDE, 1994, p.19). A operacionalização deste enfoque territorial permitiu que se superasse o problema da incompatibilidade entre as diferentes definições utilizadas e se estabelecessem novas dimensões para as fronteiras entre o rural e o urbano (ABRAMOVAY, 2003). A abordagem territorial proposta pela OCDE permitiu uma visão mais integrada e igualitária e facilitou a comparação entre os países-membros da organização (OCDE, 1996).

Para operacionalizar a abordagem territorial, a OCDE recorreu a indicadores demográficos, sendo a densidade demográfica a principal variável operacionalizadora territorial. Segundo a OCDE, o critério de densidade demográfica é neutro e não remete a uma visão predeterminada do que são os problemas e as possibilidades do meio rural: ela não induz à correlação automática entre ruralidade e a pobreza ou o despovoamento. A partir destes elementos de cunho territorial orientou-se a aplicação de forma a organizar espacialmente as informações nas diferentes regiões. Esta operacionalização visava compor uma base de cunho territorial para os dados que seriam utilizados para o entendimento das variações das dinâmicas territoriais urbano-rurais.

---

<sup>7</sup>Os dados se referem aos países que eram membros da organização até 1994, a saber: Áustria, Austrália, Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Islândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia.

A metodologia da abordagem territorial organizada pela OCDE distingue dois níveis hierárquicos subnacionais de detalhamento geográfico, que são o local e o regional. Esta operacionalização permitiu analisar mais de 50.000 comunidades locais e aproximadamente 2.000 regiões que compreendem a superfície territorial formada pelos países-membros.

Para o nível hierárquico local, a unidade de referência utilizada foi a comunidade local. Estas podem ser constituídas por unidades administrativas, distritos, municípios ou condados, dependendo do país em questão, sendo que no total foram contabilizadas mais de 50.000 unidades territoriais locais para a coleta dos dados. Como exemplo de unidade local, na Espanha foram tomados os Municípios (8.066), na França os *Cantons* (3.647), em Portugal os *Concelhos* (305) e nos EUA os *Counties* (3.097). As unidades locais constituem a unidade territorial mínima em que incidem os critérios operativos da metodologia de classificação. Para o nível local, o critério de corte para classificar a comunidade local como urbana ou rural foi a densidade demográfica (OCDE, 1994, p.23).<sup>8</sup>

Para a OCDE (1994), este critério apresenta vantagens para a operacionalização territorial, pois trata-se de uma noção de fácil compreensão. Sejam quais forem suas características, as áreas rurais serão sempre menos densamente povoadas que as urbanas. Ao selecionar a densidade demográfica para classificar as comunidades houve a necessidade de estabelecer um critério de corte para se definir e distinguir as unidades locais rurais das urbanas. Em face da enorme dificuldade para encontrar “uma definição correta do termo rural”, fundamentalmente porque cada país tem a sua própria definição, os estudiosos da OCDE fixaram o corte distintivo a partir do patamar de 150 habitantes por quilômetro quadrado (150 hab./km<sup>2</sup>). Assim, todas as unidades locais com densidade abaixo de 150 hab./km<sup>2</sup> nos países-membros foram classificadas como unidades locais rurais, e as com densidade superior a este limite como unidades locais urbanas. A exceção é o Japão, onde foram estipulados 500 hab./km<sup>2</sup> para o corte.<sup>9</sup>

O segundo parâmetro de classificação utilizado pela OCDE é o nível regional, também entendido como territorial. Nos parâmetros estabelecidos pela OCDE, a região compreende unidades territoriais maiores que as definidas para as unidades locais, sendo observadas para tal feito as configurações regionais de cada país. Desta forma, para o âmbito da organização foram totalizadas 2.065 unidades regionais, sendo que se pode citar, como exemplo, na Espanha as *Provinces + Ceuta y Melilla* (52), na França *Départements* (96), em Portugal os *Grupos de Conselhos* (30) e nos Estados Unidos os *Commuting Zones* (765).

A operacionalização da metodologia consiste em identificar três diferentes tipos de regiões ou territórios: os essencialmente rurais, os relativamente rurais e os

---

<sup>8</sup>Segundo a OCDE (1994, p. 25), “[...] decidiu-se no âmbito do Projeto que a densidade da população, expressa em número de habitantes por quilômetro quadrado, constitui o critério mais pertinente e o mais prático para referenciar as coletividades em um nível local. A densidade da população reflete os modos de ocupação e povoamento, sua distribuição, a intensidade das comunicações e a utilização dos solos. A densidade populacional é uma noção que pode ser facilmente compreendida por aqueles que a utilizam e simples de calcular para aqueles que elaboram os indicadores rurais dos países membros da OCDE”.

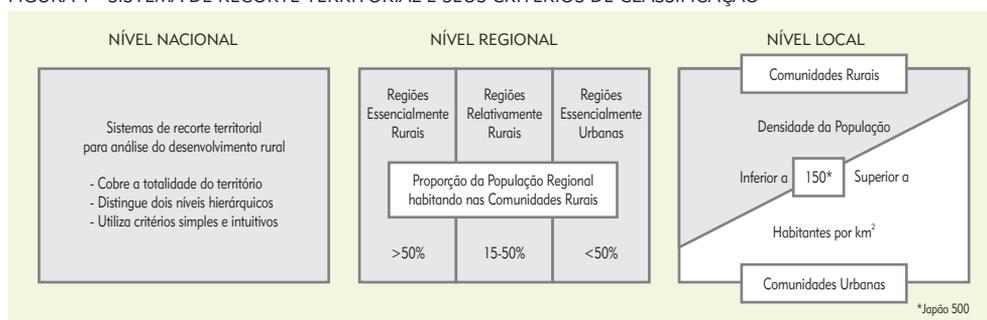
<sup>9</sup>Segundo o estudo da OCDE, fazendo ensaios com outros pontos de corte 100 hab./km<sup>2</sup> e 200 hab./km<sup>2</sup>, o resultado final para a população rural não apresenta grandes modificações. O valor de 150 hab./km<sup>2</sup>, no entanto, foi considerado “une certaine part d`appréciation arbitraire” (OCDE, 1994, p.27).

essencialmente urbanos. Assim, para o nível territorial regional, a classificação pautou-se pelas seguintes condições para as três categorias de região:

- Regiões Essencialmente Rurais: aquelas em que habita, em unidades de base rurais, mais de 50% da população regional;
- Regiões Relativamente Rurais: aquelas onde habita, em unidades de base rurais, entre 15% e 50% da população regional;
- Regiões Essencialmente Urbanas: aquelas em que menos de 15% da população regional habita em unidades de base rurais.

A figura abaixo sistematiza o recorte territorial proposto pela abordagem da OCDE.

FIGURA 1 - SISTEMA DE RECORTE TERRITORIAL E SEUS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO



FONTE: OCDE (1994, p.26)

Estabelecida a base comum de informações, o recorte territorial possibilita analisar o desempenho das regiões através de indicadores específicos. É isto que permite a aplicação desta metodologia em ações de planejamento e indução do desenvolvimento. Deste modo, permite que se avalie e analise o desenvolvimento rural não apenas como um conceito complexo e plurissetorial, mas por meio de indicadores que facilitem a descrição de aspectos demográficos, sociais, econômicos e ambientais, indispensáveis ao entendimento deste processo. Neste sentido, a OCDE desenvolveu uma grade de indicadores rurais, apresentados no quadro 1, a seguir, para mensurar as condições e tendências que são de interesse para o desenvolvimento do meio rural. Estes indicadores foram divididos em quatro áreas de interesse, cada uma delas composta por uma grade de indicadores básicos.

Segundo a OCDE, a lista de indicadores não deve ser tomada como definitiva, pois depende do trabalho ou projeto que se busca realizar. No entanto, fazer uso desta grade de variáveis apresenta-se como um desafio interessante, no sentido de analisar a situação das áreas rurais verificando de que forma as diferenças ou similaridades entre regiões de mesma ou diferente tipologia podem ser captadas por meio de uma abordagem territorial.<sup>10</sup> A leitura da diversidade territorial, avaliando tendências como as demográficas, econômicas, sociais e ambientais, pode constituir subsídio importante para a elaboração de políticas públicas.

<sup>10</sup>Alguns dos resultados da aplicação da abordagem territorial proposta pela OCDE podem ser apreciados através dos estudos do projeto Remi - Rural Employment Indicators (OCDE, 1996). Fazendo uso da abordagem territorial, este projeto organizou espacialmente as informações sobre emprego nas diferentes regiões dos países-membros da OCDE visando captar modificações nas características das dinâmicas do trabalho regional, bem como sua projeção em territórios específicos.

QUADRO 1 - GRADE DE INDICADORES TERRITORIAIS RURAIS PROPOSTOS PELA OCDE

POPULAÇÃO E MIGRAÇÃO				BEM-ESTAR SOCIAL E EQUIDADE			
Densidade	Habitantes / km <sup>2</sup>	Valor absoluto % rural	População Superfície	Rendas	PIB por habit. Rendas dos particulares	Por hab. disponível	Nominal real (corrigida)
Evolução	Variação total Saldo natural Saldo migratório	Valor absoluto % por ano % por hab.		Moradia	Ocupação Equipamentos	Pessoas por peça % de famílias cuja moradia possui banheiro, etc.	
Estrutura demográfica	Índices demográficos	% de população	Gênero Idade	Educação	Ensino Superior	Valor absoluto % pop. (> 25 anos)	
Família	Classes de tamanho Famílias monoparentais			Saúde	Mortalidade infantil	Taxa de mortalidade pop. (< 1 ano)	
Comunidades	Classes de tamanho	% Pop. classe		Segurança	Taxa de criminalidade	Por habitante	
ESTRUTURA E PERFORMANCE ECONÔMICA				AMBIENTE E VIABILIDADE			
Força de trabalho	Taxa de atividade	% Pop. (15-64) % Mulheres		Topografia e clima	Zonas montanhosas Período de vegetação	km <sup>2</sup> altitude > 600m Dias por ano	
Empregos	Crescimento total Desemprego	Valor absoluto %	Total Idade Gênero	Uso do solo	Agricultura em terras aráveis Florestas	Hectare por superf. total Evol. por ano	
Setores	Ocupação Valor adicionado	% Primário % Secundário % Terciário	Agricultur a, silvicultura etc.	Habitantes e espécies	Zonas protegidas Espécies ameaçadas	Km <sup>2</sup> % superf. total % das espécies conhecidas	
Produtividade	Valor adicionado	Total (moeda) Crescimento (preço const.) por trabalhador		Solos e água	Riscos de erosão Balanço dos elementos Retira d'água	Classe de risco N,P,K – kg/ha m <sup>2</sup>	% terras
Investimentos	Formação de capital	Total % PIB	Privado Público	Qualidade do ar	Balanços Emissão Recepção	SO <sub>2</sub> CO <sub>2</sub>	% por hab. % por. km <sup>2</sup>

FONTE: OCDE (1994, p.41)

## 4 A PROPOSTA DE JOSÉ ELI DA VEIGA

No contexto brasileiro, a tentativa de operacionalização de um recorte diferenciado para análise do rural, na perspectiva de uma abordagem territorial, é recente e inédita. Embora estudiosos ressaltem a importância da incorporação da abordagem territorial para os estudos do rural, poucos têm se dedicado, de fato, a propor uma nova metodologia para dar conta do problema prático que consiste em delimitar o tamanho e o lugar do rural no espaço, a partir de indicadores territoriais. Neste sentido, deve-se destacar o mérito da proposta desenvolvida por José Eli da Veiga.<sup>11</sup>

<sup>11</sup>De estudo mais recente, também se pode destacar como uma alternativa diferenciada de leitura territorial para o rural a recente iniciativa do MDA/Condraf, com o apoio do IICA, referente ao documento: "Referências para o programa territorial de desenvolvimento rural sustentável", de setembro de 2003.

Veiga sugere que a abordagem territorial pode se tornar uma importante forma de análise da ruralidade devido à necessidade crescente de uma melhor definição para se compreender as diferenças entre o rural e o urbano no Brasil. Sua crítica principal se dirige ao anacronismo das formas de classificação e distinção do rural e do urbano no País ainda existentes, especialmente devido aos equívocos de interpretação que decorrem dos dados divulgados pelo IBGE, que estimam que o grau de urbanização brasileiro chegara a 81,25% no ano de 2000.<sup>12</sup>

Para entender os argumentos de Veiga é necessário se ater aos dados resultantes de suas pesquisas e compreender sua proposta de operacionalização da abordagem territorial. O autor procura incorporar na dimensão territorial subsídios para contestar a definição brasileira corrente, buscando demonstrar que a lei que regulamenta a coleta de dados feita pelo IBGE é anacrônica e obsoleta, não sendo capaz de traduzir a real dimensão e extensão do rural brasileiro.

A metodologia de classificação sugerida por Veiga utiliza como operacionalizadores territoriais variáveis demográficas em que a densidade é associada a determinado patamar populacional, configurando-se então como os articuladores da classificação territorial dos espaços rurais (a densidade demográfica de 80 hab./km<sup>2</sup> é combinada com o patamar de mais de 100.000 habitantes). Cabe ressaltar que a preocupação de Veiga restringe-se às áreas rurais, pois para as áreas urbanas adota como referência os resultados do estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, de 1999, do IPEA/IBGE/NESUR-IE/UNICAMP (CARACTERIZAÇÃO..., 1999).<sup>13</sup>

Segundo Veiga (2002), a vantagem de se utilizar estes critérios é que eles caracterizam as áreas rurais pela sua rarefação populacional. Quanto menor for a pressão antrópica sobre o ambiente, menor será a artificialização dos ecossistemas e maiores serão as chances de estes locais serem rurais. Na sua opinião, nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a “pressão antrópica” como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios (VEIGA, 2002, p. 33).

Desta forma, para operacionalizar o enfoque territorial baseado nos critérios operacionais demográficos selecionados, foi necessário instituir-se limites operativos. Nesse sentido, para estabelecer os critérios de corte para a concentração/rarefação da população brasileira, o autor se baseia na observação dos estratos dos tamanhos populacionais dos municípios e na variação da densidade apresentada por estes. Para indicar os valores operacionais da metodologia, Veiga observou como referência os dados da tabela 1.

---

<sup>12</sup>Esta obra sintetiza os principais artigos do autor sobre o tema do território e desenvolvimento da metodologia territorial para estudar o rural. No entanto, para a compreensão da problemática desenvolvida, bem como para a análise das bases da proposta territorial, também é imprescindível consultar os artigos: “A Face Territorial do Desenvolvimento”, de 1999, e “Desenvolvimento Territorial do Brasil: do entulho vargista ao zoneamento ecológico-econômico”, de 2001.

<sup>13</sup>Este trabalho identificou as três principais tendências que formam a rede urbana brasileira: as aglomerações urbanas metropolitanas (200 municípios), as aglomerações não-metropolitanas (178 municípios) e os centros urbanos localizados fora destas aglomerações (77 municípios).

TABELA 1 - POPULAÇÃO, ÁREA E DENSIDADE DOS MUNICÍPIOS COM MENOS DE 150 MIL HABITANTES, SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO POPULACIONAL - BRASIL - 2000

CLASSE (hab.)	POPULAÇÃO (milhares)	ÁREA TOTAL (mil km <sup>2</sup> )	DENSIDADE (hab./km <sup>2</sup> )
Até 2.000	172,2	34,8	4,9
De 2.001 a 5.000	4.316,2	644,8	6,7
De 5.001 a 10.000	9.376,7	1.442,0	6,5
De 10.001 a 20.000	19.654,6	2.275,0	8,6
De 20.001 a 50.000	28.700,7	2.815,5	10,2
De 50.001 a 75.000	12.111,1	451,2	26,8
De 75.000 a 100.000	8.799,9	477,3	18,4
De 100.001 a 150.000	9.169,3	109,2	84,0
TOTAL	92.300,7	8.249,8	11,2

FONTE: Veiga (2001)

Ao tomar como parâmetro os valores apresentados, o autor salienta algumas razões que o auxiliaram na escolha dos limites operacionais para o corte territorial assentado na densidade e no tamanho de população. A primeira evidência é que os valores sofrem uma brusca variação quando o intervalo de classe passa dos 50.000 habitantes, pois, até então, os valores apresentavam uma proporção constante de aumento. Mas, a partir deste valor, a população e a área caem significativamente, justificando o aumento da densidade. A segunda razão decorre da observação da variação da densidade, sendo esta mais intensa, com um salto de 18% para 84%, quando o intervalo de classe passa para a faixa dos 100.000 até 150.000 habitantes. Em face destas observações, Veiga conclui que o patamar de densidade mais adequado para medir o grau de urbanização seria de 80 hab./km<sup>2</sup>.<sup>14</sup>

Portanto, com base na observação do comportamento dos estratos populacionais e na passagem abrupta de um patamar de densidade para outro, Veiga apresenta suas definições para operacionalizar a abordagem territorial em nível local e abarcar os municípios que ficaram fora da classificação IPEA/IBGE/NESUR/UNICAMP:

- municípios de pequeno porte: segundo Veiga, serão considerados como de pequeno porte os municípios que apresentam, simultaneamente, menos de 50.000 habitantes e menos de 80 hab./km<sup>2</sup> de densidade;
- municípios de médio porte: serão classificados como de médio porte os municípios que apresentarem população no intervalo de 50.000 a 100.000 habitantes ou cuja densidade supere os 80 hab./km<sup>2</sup>, mesmo que esses municípios tenham menos de 50.000 habitantes. Estes também podem ser denominados de intermediários e rurbanos.

Assim, a aplicação da abordagem é executada mediante dois cortes diferenciados para caracterizar o rural brasileiro. A partir daí o autor conclui que “não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes” (VEIGA, 2002, p.34).

<sup>14</sup>No artigo, Veiga faz uma crítica pontual à metodologia de Davidovich & Lima, que apresenta como ponto de corte a densidade demográfica de 60 hab./km<sup>2</sup>, sendo esta utilizada como referência para diversos estudos. O autor aponta que, observando o artigo no original, não encontra neste explicação plausível para a adoção de tal valor.

Desse modo, ao recorrer à abordagem territorial como metodologia diferenciada de definição da ruralidade, os resultados obtidos permitem a Veiga contestar a taxa de urbanização brasileira. Assim, o autor ressalta que, na realidade, são 52 milhões de habitantes que vivem em municípios rurais no Brasil. Desse modo, segundo o autor, entender as dinâmicas territoriais que ocorrem sobre o rural pode ser útil para a análise das “sinergias entre a agricultura e os setores terciário e secundário das economias locais” (VEIGA, 2002, p. 47). Nesse sentido, uma visão setorializada do rural tende a prejudicar a avaliação de desempenho das economias rurais.

Como se percebe, tanto a proposta da OCDE como a de Veiga permitem uma abordagem diferenciada para o rural, pois através do uso de critérios territoriais buscaram ressaltar dinâmicas que evidenciam diferentemente o espaço rural. Neste sentido, o avanço desta abordagem parece estar na possibilidade de se proceder a uma outra forma de organização dos dados que permite operar com uma idéia ampliada de território que engloba as dinâmicas sociais, econômicas e políticas.

Em face do pioneirismo e inovação que representam as proposições metodológicas da OCDE e de Veiga, na próxima seção deste trabalho apresenta-se uma tentativa de resgatar os aspectos considerados mais interessantes de cada uma. Assim, pretende-se realizar um ensaio, tomando por base determinados procedimentos operacionais referidos nas abordagens da OCDE e de Veiga, a fim de operacionalizar um recorte territorial diferenciado denominado abordagem Territorial Escalar Hierarquizada (TEH), sendo o mesmo elaborado para os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Cabe, no entanto, ressaltar que a TEH foi inspirada na abordagem territorial da OCDE e nas sugestões de classificação para as áreas rurais do Brasil de José Eli de Veiga. Porém, esta não é somente uma metodologia que resulta da combinação das anteriores. A TEH procura orientar-se a partir dos critérios territoriais inovadores e interessantes extraídos das referidas abordagens para compor seus critérios próprios, relativos à distinção do espaço rural do urbano. As especificidades da metodologia e os resultados da aplicação são apresentados a seguir.

## **5 UMA ABORDAGEM TERRITORIAL PARA O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

As abordagens territoriais da OCDE e de Veiga destacaram importantes informações sobre as novas dinâmicas que estão ocorrendo nos espaços rurais contemporâneos. O uso da abordagem territorial possibilita uma espacialização consistente para áreas rurais em que a distinção espacial permite referenciar dados, precisar dinâmicas, estabelecer relações e apreender os condicionantes que poderão potencializar ações duráveis e inovadoras. Assim, localizar espacialmente o rural torna-se uma questão de fundamental importância para o “conhecimento” do território, bem como uma função estratégica para efetivar o planejamento das ações que irão direcionar as políticas públicas. É por isso que estudiosos, e também agências governamentais, estão empenhados em definir o que é o rural e precisar a melhor forma de localizá-lo no espaço.

O Rio Grande do Sul, tomado como uma unidade territorial, vem sofrendo transformações na sua dinâmica territorial ao longo da história. Estas modificações, influenciadas pela diversidade cultural e por desequilíbrios socioeconômicos, têm engendrado alterações na configuração territorial. De um modo geral, a taxa de urbanização tem sido utilizada como indicador para mensurar tais modificações dinâmicas.

Os dados apresentados pelo Censo Demográfico de 2000 demonstram uma intrigante curiosidade para a realidade territorial do Estado. Ao se verificar a taxa de urbanização do Rio Grande do Sul observa-se que esta teria superado a taxa de urbanização brasileira para o mesmo período. A tabela a seguir evidencia a tendência.

TABELA 2 - VARIAÇÃO DA TAXA DE URBANIZAÇÃO DO BRASIL E DO RIO GRANDE DO SUL - 1940/2000

LOCAL	TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)							
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Brasil	31,23	36,16	45,10	55,93	67,59	75,60	78,35	81,25
Rio Grande do Sul	31,15	34,14	44,89	53,31	67,55	76,56	78,66	81,65

FONTE: IBGE

Verifica-se que a mudança ocorreu na década de 1990, pois somente a partir da Contagem da População de 1996 é que o Rio Grande do Sul passa a ter uma proporção maior na taxa de urbanização *vis-à-vis* a do Brasil. Segundo Clark (1991), nas últimas décadas a população tendeu a se espacializar cada vez mais em áreas consideradas de infra-estrutura urbana. Contudo, o que os números não explicam, dadas suas limitações, são os vínculos entre o espaço e a ação humana.

Essas deficiências levaram pesquisadores a contestar a metodologia normativa que orienta o cálculo da taxa de urbanização brasileira. Na busca de compreender as transformações nas configurações territoriais, bem como proporcionar uma distinção espacial para as áreas rurais, é que a abordagem territorial passa a ser sugerida.

Nesse sentido, de modo a contribuir com a reflexão sobre o tamanho e as proporções do rural no estado do Rio Grande do Sul é que se sugere, neste item, um novo recorte para dimensionar e mensurar a população neste espaço.

## 6 A OPERACIONALIZAÇÃO DA METODOLOGIA TERRITORIAL ESCALAR HIERARQUIZADA (TEH)

Para operacionalizar a metodologia TEH, o sistema de recorte territorial utiliza-se de dois níveis hierárquicos de análise: o local e o regional. Como representativo do nível local são utilizados os municípios para a classificação. Estes foram designados como base para as unidades territoriais locais. Para o nível regional foram utilizadas como base as microrregiões geográficas do IBGE. Estas correspondem às unidades representantes do nível territorial regional na compatibilização da metodologia.<sup>15</sup>

<sup>15</sup>Cabe salientar que esta compatibilização também é sugerida por Abramovay (2003).

Para diferenciar em nível local as unidades locais rurais das unidades locais urbanas utilizou-se como critério operacional principal a variável densidade demográfica medida para cada município. Além da densidade também se observou para o corte um determinado patamar populacional como critério adicional para operacionalização.<sup>16</sup>

Em nível escalar regional utilizaram-se três categorias diferenciadas para classificar as microrregiões: microrregião essencialmente rural, microrregião relativamente rural e microrregião essencialmente urbana.<sup>17</sup> Para a operacionalização das distintas categorias foi observado como indicador a soma total da população que habita as unidades territoriais locais rurais. Esta soma é transformada em valor percentual de população das unidades locais rurais da microrregião, a partir da sua relação com a população total da microrregião.<sup>18</sup>

Assim, para operacionalizar a abordagem territorial TEH para o estado do Rio Grande do Sul adotou-se a configuração administrativa vigente no Censo do IBGE 2000, em que foram contabilizados 467 municípios. Estes serão considerados como unidades territoriais locais para a classificação, sendo contabilizada para o cálculo a população total, independentemente do corte rural-urbano do IBGE. Para o nível hierárquico escalar regional foram adotadas como unidades de referência as microrregiões geográficas do IBGE. Para o Rio Grande do Sul serão utilizadas como base territorial regional as 35 microrregiões geográficas, que dividem o Estado segundo as suas especificidades fisiográficas.

## **7 O NÍVEL LOCAL NA METODOLOGIA TEH: operacionalização, espacialização e análise**

Para operacionalizar o nível local são utilizados dois parâmetros de corte combinados para classificar os municípios como rurais ou urbanos. Estes são a densidade demográfica e o patamar (estrato) populacional. Nesse sentido, como referência para a diferenciação em nível territorial local dos municípios utilizou-se a densidade demográfica de 80 hab./km<sup>2</sup>, combinada com o patamar de mais de 100.000 habitantes.

Portanto, os municípios que apresentarem densidade demográfica menor que 80 hab./km<sup>2</sup> serão classificados como Municípios Rurais. Os que apresentarem densidade demográfica maior ou igual a 80 hab./km<sup>2</sup>, ou um valor maior ou igual a 100.000 habitantes para população total, serão classificados como Municípios Urbanos.<sup>19</sup>

A partir deste procedimento classificatório obteve-se para o Rio Grande do Sul a espacialização dos municípios segundo o corte rural ou urbano, conforme indicado no

---

<sup>16</sup>Os valores utilizados para se realizar o recorte territorial das unidades locais rurais ou urbanas tiveram como inspiração os valores utilizados nos trabalhos de Veiga, principalmente os apresentados no trabalho de 2001.

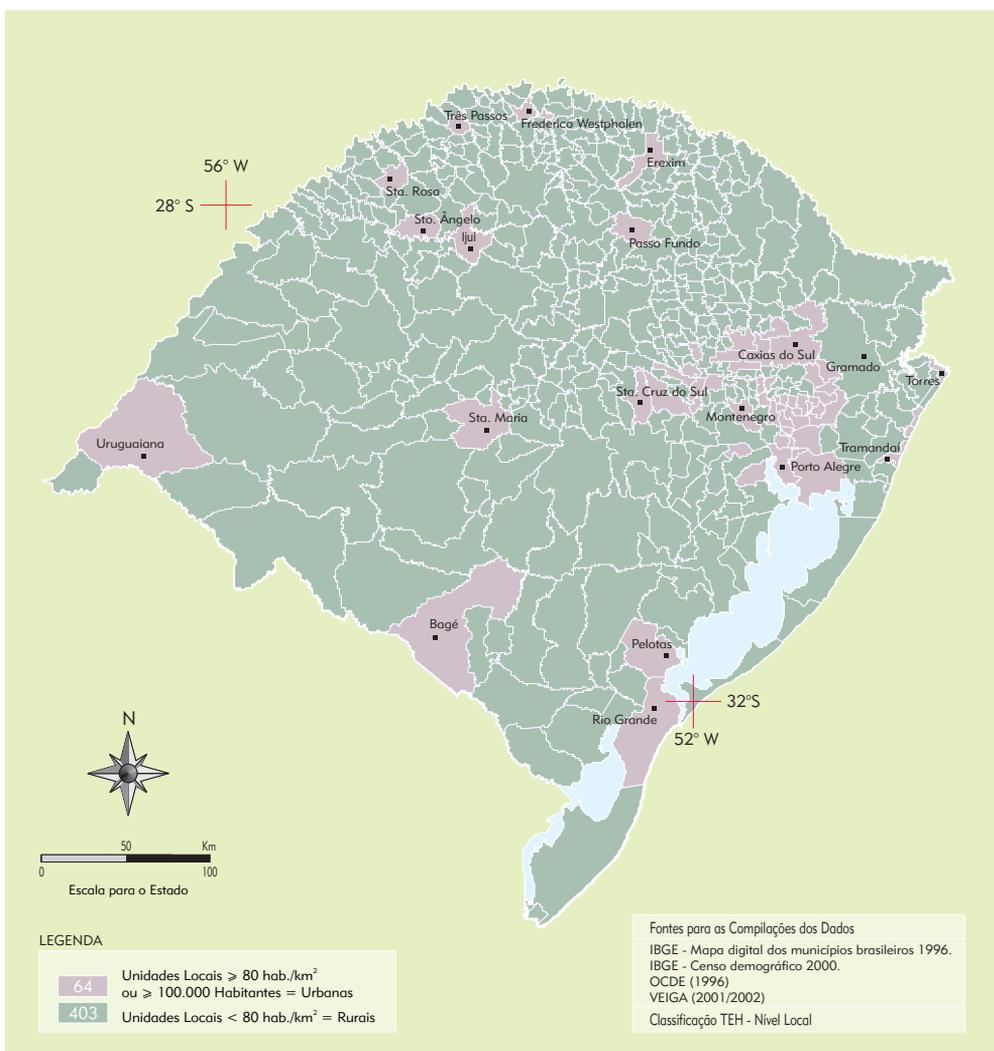
<sup>17</sup>Esta classificação territorial é inspirada na metodologia de classificação regional aplicada pela OCDE.

<sup>18</sup>Na dissertação intitulada "Ruralidade e Território: a desmistificação do fim do rural" (BLUME, 2004), são apresentados maiores detalhes sobre as metodologias de classificação territorial da OCDE e de Veiga.

<sup>19</sup>Cabe ressaltar que mesmo que o valor da densidade demográfica seja inferior a 80 hab./km<sup>2</sup>, se a população do município for igual ou superior a 100.000 habitantes, este será classificado como unidade territorial local urbana.

mapa 1. Na legenda do mapa encontram-se os dados referentes ao nível local, onde se observa que foram classificadas como urbanas 64 unidades territoriais com população estimada em 6.278.439 habitantes (61,66% do total do Estado) e 403 como unidades territoriais locais rurais com uma população de 3.903.310 habitantes (38,34% do total do Estado). As principais unidades urbanas destacadas em nível local situam-se, na sua grande maioria, nas três maiores aglomerações consideradas como urbanas no Estado, que são a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), o Aglomerado Urbano do Nordeste (Aune) e o Aglomerado Urbano de Pelotas.

MAPA 1 - ESPACIALIZAÇÃO DA METODOLOGIA TERRITORIAL ESCALAR HIERARQUIZADA EM NÍVEL TERRITORIAL LOCAL - RIO GRANDE DO SUL



Para além dos municípios urbanos localizados nestes três aglomerados destacam-se, na região da Campanha, Bagé e Uruguaiana, na Depressão Central Santa Maria, e outros sete municípios situados na região norte do Estado. Dentre estes, o município de Passo Fundo figura como o único representante do Planalto Médio; na região das Missões tem-se Santa Rosa, Ijuí e Santo Ângelo; e, no Alto Uruguai, Três Passos, Frederico Westphalen e Erechim.

Em termos percentuais, verifica-se, como resultado para o primeiro nível de classificação territorial da metodologia territorial escalar hierarquizada (TEH), que 86,55% (403 municípios) dos municípios gaúchos seriam classificados como rurais por esta metodologia e apenas 13,45% (64 municípios) como urbanos.

## **8 O NÍVEL REGIONAL NA METODOLOGIA TEH: operacionalização, espacialização e análise**

Para operacionalizar as microrregiões gaúchas na escala regional da metodologia territorial escalar hierarquizada foram utilizadas e operacionalizadas as classificações estabelecidas pela OCDE, que distingue três categorias regionais.

As microrregiões que apresentaram mais de 50% da sua população regional habitando em unidades locais rurais serão classificadas como Microrregiões Essencialmente Rurais. As microrregiões que apresentaram entre 15% e 50% da população regional habitando em unidades locais rurais serão classificadas como Microrregiões Relativamente Rurais. Finalmente, as microrregiões que apresentaram menos de 15% da população regional habitando em unidades locais rurais receberão a classificação de Microrregiões Essencialmente Urbanas.

O resultado da classificação segundo as microrregiões, que corresponde ao segundo nível territorial da espacialização territorial escalar hierarquizada, pode ser observado no mapa 2, o qual indica que as microrregiões espacializadas pela aplicação da metodologia (TEH) apresentam como resultado uma classificação formada por 2 microrregiões essencialmente urbanas, 9 relativamente rurais e 24 microrregiões classificadas como essencialmente rurais.

Na tabela 3 apresentam-se alguns dados gerais sobre as características das regiões derivadas da classificação das microrregiões a partir do enfoque territorial. Conforme demonstra a tabela, os dados relativos à população na classificação microrregional assumem proporções relativamente homogêneas entre as classes, variando entre 27% e 40%. Vale ressaltar que as microrregiões essencialmente urbanas concentram 40% da população total do Estado em apenas 3,92% da superfície de área total, o que mostra a forte concentração demográfica nestas áreas.

Por este resultado, a primeira verificação a ser destacada é que grande parte do território gaúcho (64,64%) compõe-se de municípios que são essencialmente rurais, localizados majoritariamente no oeste, noroeste e norte do Estado, além de parte do nordeste. As microrregiões relativamente rurais são de presença significativa no Estado e são irradiadas por alguns municípios-pólos, como Bagé, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz

do Sul, Santa Maria e Passo Fundo. Em relação às microrregiões essencialmente urbanas verifica-se que despontam a região metropolitana de Porto Alegre e a microrregião de Caxias do Sul, sendo esta também denominada Aglomerado Urbano do Nordeste - Aune (STROHAECKER, 2002; IPARDES, 2000).

MAPA 2 - ESPACIALIZAÇÃO DA METODOLOGIA TERRITORIAL ESCALAR HIERARQUIZADA EM NÍVEL TERRITORIAL REGIONAL - RIO GRANDE DO SUL

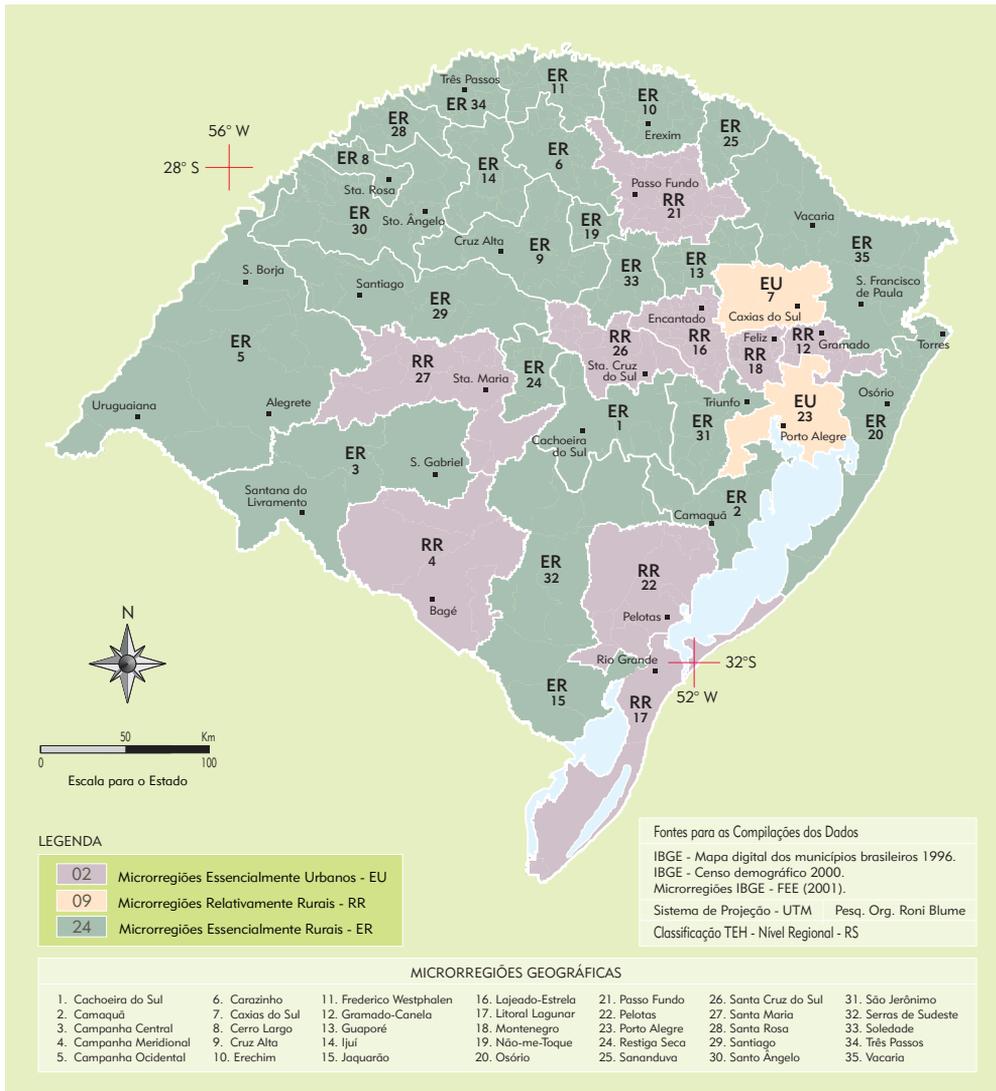


TABELA 3 - RESULTADO DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA TERRITORIAL ESCALAR HIERARQUIZADA PARA AS MICRORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL - 2000

CLASSIFICAÇÃO DA MICRORREGIÃO	QUANT. DE MICRORREGIÕES	POPULAÇÃO <sup>(1)</sup>		SUPERFÍCIE <sup>(2)</sup>	
		Número	%	Área km <sup>2</sup>	%
Essencialmente Rurais - ER	24	3.355.533	32,95	173.756,000	64,64
Relativamente Rurais - RR	9	2.750.500	27,00	84.526,000	31,44
Essencialmente Urbanas - EU	02	4.075.716	40,05	10.557,000	3,92
TOTAL	35	10.181.749	100,00	268.836,000	100,00

FONTE: Blume (2004)

(1) Para os cálculos referentes à população/demografia, as fontes utilizadas foram os estudos do Núcleo de Indicadores Sociais (FEE, 2001).

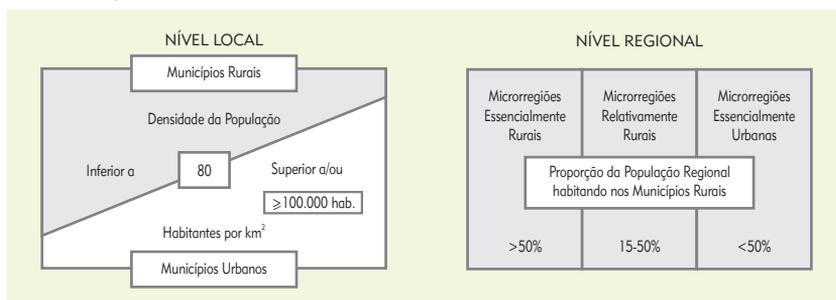
(2) Para a caracterização do território/área territorial utilizou-se FEE (2001), com base no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No total do Estado não foram incluídos 10.091,4 km<sup>2</sup> e 2.806,1 km<sup>2</sup> referentes a Laguna dos Patos e a Lagoa Mirim, incorporadas pela Constituição Estadual de 1988, não constituindo área municipal. Nesse sentido, o valor para o cálculo foi de 268.836 km<sup>2</sup>.

## 9 A REPLICAÇÃO DA METODOLOGIA TERRITORIAL ESCALAR HIERARQUIZADA PARA O PARANÁ

Seguindo as bases metodológicas anteriormente descritas, este subitem busca aplicar a metodologia territorial escalar hierarquizada para o Estado do Paraná.<sup>20</sup> Semelhante ao Rio Grande do Sul, a taxa de urbanização do Paraná chega a 81,41%, segundo o Censo Demográfico de 2000. Neste sentido, frente aos resultados observados para o Rio Grande do Sul pela aplicação da metodologia TEH, parece instigante replicá-la para o Paraná, estado de economia agrícola de reconhecida importância.<sup>21</sup>

Conforme anteriormente destacado, a metodologia TEH utiliza-se de dois níveis hierárquicos de análise territorial: o local e o regional. A figura 2 oferece informações detalhadas sobre os níveis e critérios de corte adotados.

FIGURA 2 - QUADRO-SUMÁRIO DO SISTEMA DE RECORTE TERRITORIAL DA METODOLOGIA TEH



FONTE: OCDE (1994, p.26)

<sup>20</sup>Cabe destacar que a replicação da metodologia é possibilitada pelo uso de unidades territoriais similares (local = município; regional = microrregião), sendo que a mesma poderia ser replicada para qualquer unidade da Federação brasileira. Para evitar possíveis equívocos, optou-se por não tecer maiores comentários interpretativos sobre a dinâmica socioeconômica do Paraná.

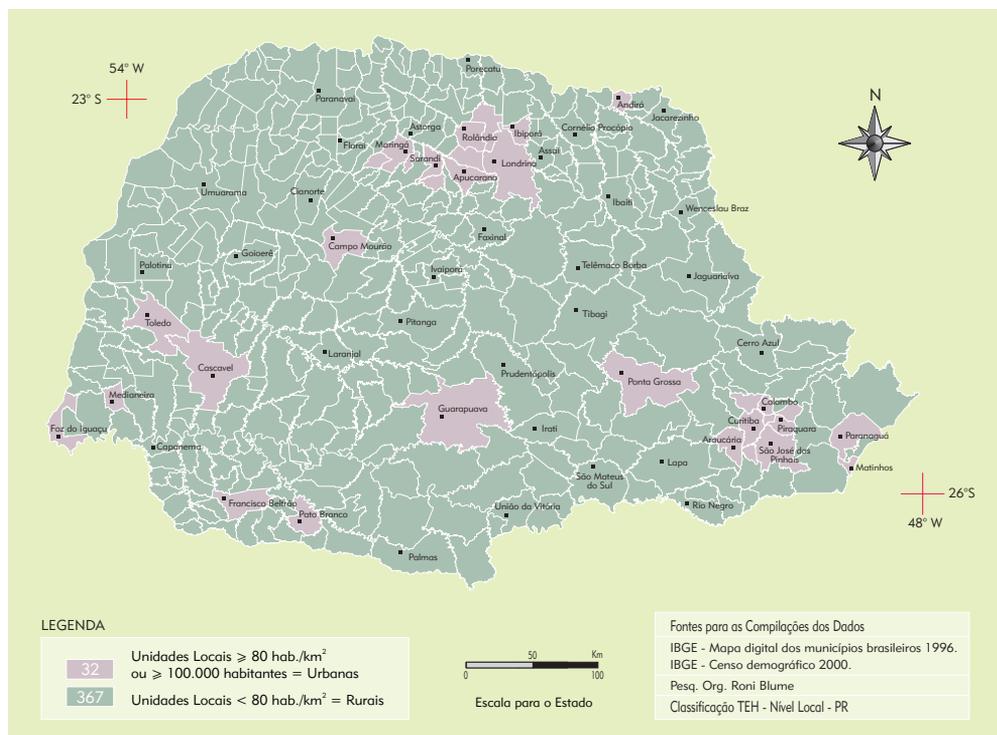
<sup>21</sup>Caberia neste item, de modo semelhante ao que foi realizado na análise do Rio Grande do Sul, uma descrição mais efetiva sobre aspectos históricos e demográficos relacionados com o Paraná. No entanto, o que se busca salientar é a possibilidade de replicação da metodologia. Cientes desta carência, segue como sugestão para futuros trabalhos uma melhor descrição das características populacionais, confrontando com o resultado da classificação apresentada pela TEH.

Como representativo do nível local foram avaliados os índices dos 399 municípios que formavam a unidade territorial do Estado do Paraná no ano-base censitário de 2000. Para o nível regional foram utilizadas como base as 39 microrregiões geográficas do IBGE.

Seguindo a operacionalização, os municípios que apresentarem densidade demográfica menor do que 80 hab./km<sup>2</sup> serão classificados como Municípios Rurais. Os que apresentarem densidade demográfica maior ou igual a 80 hab./km<sup>2</sup>, ou um valor maior ou igual a 100.000 habitantes para população total, serão classificados como Municípios Urbanos.

Assim, obteve-se para o Paraná a espacialização dos municípios segundo o corte em unidades territoriais locais rurais ou urbanas, conforme indicado no mapa 3.

MAPA 3 - ESPACIALIZAÇÃO DA METODOLOGIA TERRITORIAL ESCALAR HIERARQUIZADA EM NÍVEL TERRITORIAL LOCAL - PARANÁ



Observa-se que para o nível local foram classificadas como urbanas 32 unidades territoriais com população estimada em 5.123.870 (53,60% do total do Estado) e 367 como unidades territoriais locais rurais com uma população de 4.434.584 (46,40% do total do Estado). As principais unidades urbanas destacadas em nível local situam-se na aglomeração metropolitana de Curitiba e no aglomerado urbano de centro regional em Londrina. Cabe também ressaltar as aglomerações urbanas de Cascavel e de Toledo.

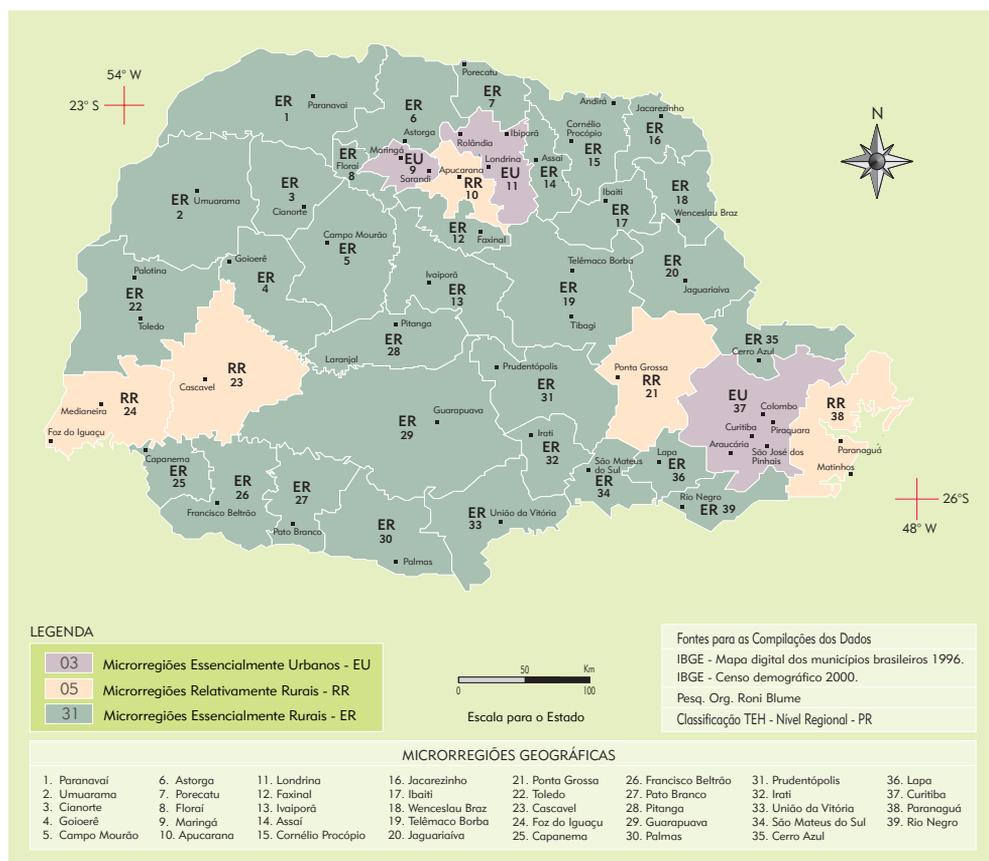
Em termos percentuais, verifica-se que o resultado do primeiro nível de classificação territorial da metodologia territorial escalar hierarquizada mostra que 93,58%

dos municípios paranaenses (367 municípios) seriam classificados como rurais por esta metodologia, e apenas 6,42% (32 municípios) como urbanos.

A operacionalização da escala regional da metodologia territorial escalar hierarquizada para o estado do Paraná é semelhante à do Rio Grande do Sul. Neste sentido, as microrregiões que apresentarem mais de 50% da sua população regional habitando em unidades locais rurais serão classificadas como Microrregiões Essencialmente Rurais; as que apresentarem entre 15% e 50% da população regional habitando em unidades locais rurais serão denominadas Microrregiões Relativamente Rurais; e as microrregiões que apresentarem menos de 15% da população regional habitando em unidades locais rurais receberão a classificação de Microrregiões Essencialmente Urbanas. O resultado da classificação para as microrregiões paranaenses pode ser observado no mapa 4, a seguir.

O mapa indica que as microrregiões espacializadas pela aplicação da metodologia apresentam como resultado uma classificação formada por 3 microrregiões essencialmente urbanas, 5 relativamente rurais e 31 microrregiões classificadas como essencialmente rurais.

MAPA 4 - ESPACIALIZAÇÃO DA METODOLOGIA TERRITORIAL ESCALAR HIERARQUIZADA EM NÍVEL TERRITORIAL REGIONAL - PARANÁ



Na tabela a seguir apresentam-se alguns dados gerais sobre as características das regiões derivadas da classificação das microrregiões a partir do enfoque territorial.

TABELA 4 - RESULTADO DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA TERRITORIAL ESCALAR HIERARQUIZADA PARA AS MICRORREGIÕES DO PARANÁ - 2001

CLASSIFICAÇÃO DA MICRORREGIÃO	QUANT. DE MICRORREGIÕES	POPULAÇÃO <sup>(1)</sup>		SUPERFÍCIE <sup>(2)</sup>	
		Número	%	Área km <sup>2</sup>	%
Essencialmente Rurais - ER	31	4.143.741	43,35	156.633,458	78,58
Relativamente Rurais - RR	05	1.663.649	17,40	29.017,663	14,55
Essencialmente Urbanas - EU	03	3.751.064	39,25	13.663,729	6,87
TOTAL	39	9.558.454	100,00	199.314,850	100,00

FONTE: Dados da pesquisa

(1) Para os cálculos referentes à população/demografia, a fonte utilizada foi o Censo Demográfico 2000. Com base na Sinopse Preliminar (IBGE, 2001) em [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br)

(2) Para a caracterização da área territorial do Paraná os dados foram extraídos da página [www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/pdf/areas\\_2001\\_41.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/pdf/areas_2001_41.pdf)

Conforme demonstra a tabela, os dados relativos à população na classificação microrregional assumem proporções heterogêneas entre as classes, sendo a variação menor entre as microrregiões essencialmente rurais e as urbanas. No entanto, mesmo que apresentem pouca variação na concentração da população, cabe ressaltar que as microrregiões essencialmente urbanas concentram este percentual em apenas 6,87% da superfície total do Estado.

Outro dado a ser destacado é que no Paraná a maior parte da população se concentra nas microrregiões essencialmente rurais (43,35%), que chegam a ocupar quase 80% do território do Estado.

Em recente estudo sobre a ruralidade no Paraná, Villa Verde (2004) também ressalta esta expressiva participação da população rural. Utilizando-se de critérios demográficos e da variação da população economicamente ativa (PEA) para operacionalizar o recorte territorial, a autora destaca que em nível local há a presença de 181 municípios (45,36% do total), como pertencentes ao espaço rural do Paraná.<sup>22</sup>

Tanto num caso como noutro, os dados mostram que a expressiva taxa de urbanização de 81,43% acaba encobrendo a presença significativa da população rural no estado do Paraná, quando se utilizam outros critérios de corte que não aqueles do Censo Demográfico. Neste sentido, vale destacar a importância de se buscar novas ferramentas metodológicas, como a que é proposta neste ensaio. Isto não significa que se esteja sugerindo o abandono ou substituição dos dados do IBGE. Entretanto, este tipo de exercício permite que se perceba um outro ângulo de análise da realidade, que pode revelar aspectos desconhecidos ou ainda despercebidos.

<sup>22</sup>Na classificação a autora considerou os seguintes critérios para definir os municípios pertencentes ao espaço rural do Paraná: população total inferior a 20.000 habitantes e/ou densidade inferior a 80 habitantes por quilômetro quadrado e/ou população total ocupada em atividades agropecuárias ou de indústria de base agrícola maior que 50%.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentar o que podem ser consideradas propriamente as conclusões deste trabalho, é preciso insistir no fato de que a metodologia aqui apresentada e proposta, a TEH, inspirada nos trabalhos da OCDE e nos avanços sugeridos por Veiga, *deve ser tomada como preliminar e encarada apenas como um exercício prático*. As considerações e eventuais conclusões a serem extraídas a partir da nova espacialização apresentada devem ser relativizadas em face da condição ainda apriorística e ensaística da metodologia desenvolvida.

Malgrado esta advertência, isto não compromete a validade científica do experimento. Pelo contrário, através da sua aplicação prática à realidade do Paraná e do Rio Grande do Sul, dois importantes estados do Sul do Brasil, fica demonstrado o potencial explicativo da metodologia. Vale lembrar que mesmo utilizando critérios válidos para os países da OCDE, como no caso dos parâmetros utilizados para definir a proporção da densidade demográfica, é possível perceber nos mapas a formação de territórios que comungam entre si uma determinada homogeneidade e dinâmica. Por certo, estudos mais aprofundados e um melhor ajustamento da metodologia à realidade de cada estado poderão contribuir para seu aperfeiçoamento.

Em relação aos aspectos substantivos, é possível ressaltar que este trabalho oferece a possibilidade de se observar que o tamanho do rural e do urbano pode variar conforme os critérios de operacionalização e mensuração normativos que foram utilizados. Ou seja, mudando-se os critérios e as definições, aumenta-se ou diminui-se o tamanho do rural; ou melhor, da população rural. Isto significa que sobretudo os pesquisadores e formuladores de políticas públicas, que utilizam com freqüência os dados secundários dos órgãos oficiais de estatística, precisam estar cientes do alcance possível das informações disponibilizadas, que não vão além dos critérios utilizados na sua elaboração. Por isso, mais do que nunca, é mister agir com fidedignidade, parcimônia e prudência.

Em termos objetivos, o que este trabalho demonstrou é que é possível chegar a um recorte territorial objetivo e discreto, utilizando-se as variáveis da densidade demográfica e do patamar de população. É claro que esta definição de território pode ser questionada, sobretudo pelos geógrafos. Mas, o aspecto relevante está em destacar que é possível obter indicadores e variáveis que apresentam uma aderência empírica maior do que as genéricas noções residuais que se assentam na convicção de que o espaço rural se resume a tudo aquilo que ainda não foi submetido à lógica da urbanização. Com base neste novo recorte, o rural passa a ser visualizado e a ter maior relevância quantitativa tanto pelo critério de tamanho da população como de superfície de área. Talvez este seja um dos primeiros passos para se reconhecer que o Brasil precisa repensar o papel do rural e da ruralidade.

Outro aspecto que chama a atenção refere-se aos resultados que a classificação tricotômica (essencialmente rural, relativamente rural e essencialmente urbana) sugerida produz sobre o tamanho da população considerada essencialmente rural tanto no Rio Grande do Sul como no Paraná. No Rio Grande do Sul a população sobe de 18,35%, segundo os critérios do Censo Demográfico do IBGE, para 33%; e no Paraná há um salto de 18,59% para 43,35%, indicando uma diferença ainda mais significativa. Vale destacar

que a população essencialmente rural ocupa quase 65% do território gaúcho e 78,58% do território paranaense. A partir da classificação sugerida, a TEH, é possível afirmar que o tamanho do rural gaúcho e paranaense seria muito maior e significativo caso fossem adotados outros critérios de definição normativa para distinguir e definir o que se entende por rural ou urbano.

Os dados apresentados nos mapas também demonstraram os efeitos dos municípios urbanos sobre seu entorno. No caso gaúcho, as regiões relativamente rurais que se formam no entorno das essencialmente rurais chegam a representar 27% da população total do Estado e 31,44% da superfície de área. No caso paranaense, estas têm uma participação menor, mesmo sem perder a importância em termos de população, pois ainda assim concentram 17,40% e representam 14,55% da superfície de área.

Portanto, ao se observar o conjunto de dados apresentados pela metodologia territorial escalar hierarquizada obtém-se um conjunto diferenciado de informações sobre a dinâmica territorial dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, ampliando-se a percepção do **tamanho** e do **lugar** do rural em cada caso.

A abordagem territorial apresenta-se, portanto, como uma alternativa potencial para os estudos que buscam um enfoque normativo diferenciado para a classificação e definição do rural e do urbano. Além disso, esta metodologia pode ser útil aos planejadores e formuladores de políticas públicas, pois permite que se identifiquem mais objetivamente as similitudes entre os territórios que partilham de uma dinâmica demográfica semelhante. E, caso seja aceito o argumento de que a pressão antrópica, percebida a partir da variável densidade demográfica, constitui-se em indicador judicioso acerca do que ocorre na dinâmica social, ocupacional, econômica, política e cultural de um dado território, é possível acreditar que se esteja delineando uma referência importante para resolver, a um só golpe, o desafio de superar os limites analítico-conceituais e prático-normativos que permitirão a utilização da abordagem territorial nos estudos e nas ações de desenvolvimento rural.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Do setor ao território**: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Projeto BRA/97/013.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: FEE, 2001.

BLUME, R. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Referências para o programa territorial de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: IICA, 2003. (Documento de trabalho). Versão de setembro de 2003.

CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da (Org.). **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna: Embrapa; Campinas: UNICAMP, 2004. v.7. Novas ruralidades e urbanização.

CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. Convênio IPEA/IBGE/UNICAMP-IE-NESUR.

CARNEIRO, M. J. T. Do rural e do urbano: uma nova terminologia para uma velha dicotomia ou a reemergência da ruralidade. In: SEMINÁRIO SOBRE O NOVO RURAL BRASILEIRO, 2., 2001, Campinas. **Textos**. Campinas: UNICAMP/IE, 2001. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/congrsem/iisemina/mjose.htm>

CARNEIRO, M. J. T. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.11, p.53-75, out.1998.

CLARK, D. **Introdução à geografia urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1991.

FERREIRA, L. C.; FERREIRA, L. C. Águas revoltas: um balanço provisório da Sociologia Ambiental no Brasil. **BIB**: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo: ANPOCS, n.54, p.83-100, jul./dez. 2002.

GUIVANT, J. S. Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola: uma revisão bibliográfica. **BIB**: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, São Paulo: ANPOCS, n.38, p.51-78, jul./dez.1994.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio**: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

IBGE. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

IPARDES. **Redes urbanas regionais: sul**. Brasília, IPEA, 2000. (Série caracterização e tendências da rede urbana do Brasil, 6).

MARTINS, J. de S. As coisas no lugar: da ambigüidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade-campo. In: MARTINS, J. de S. **Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**: prefácio e introdução. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os economistas).

OCDE. **Créer des indicateurs ruraux pour étayer la politique territoriale**. Paris: OCDE, 1994.

OCDE. **Territorial indicators of employment: focusing on rural development**. Paris: OCDE, 1996.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/Instituto de Economia, 1999. (Coleção pesquisas, 1).

SOLARI, A. **Sociologia rural latinoamericana**. Buenos Aires: Paidós, 1973.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. **Introdução crítica à sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

STROHAECKER, T. M. Quadro da urbanização recente no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 21., 2002, Caxias do Sul. **Anais**. Porto Alegre: Edusc, 2002. p.1-111.

VEIGA, J. E. A atualidade da contradição urbano-rural. In : SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Análise territorial da Bahia rural**. Salvador : SEI, 2004a. (Série estudos e pesquisas, 71).

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. Desenvolvimento territorial do Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 29., 2001, Salvador. **Anais**. S.l.: ANPEC, 2001.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. Texto apresentado no SEMINÁRIO DA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZAÇÃO E TERRITÓRIO, 8., 2004, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro: RII, 2004b.

VEIGA, J. E. **A dimensão rural do Brasil**. Disponível em: <http://www.fea.usp.br/professores/zeeli/>. Acesso em jan. 2004c.

VEIGA, J. E. A face rural do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27., 1999, Belém. **Anais**. S.l.: ANPEC, 1999. p.1.301-1.318.

VEIGA, J. E. Nem tudo é urbano. **Ciência e Cultura**, São Paulo: SBPC, v.56, n.2, p.26-29, abr./jun.2004d.

VILLA VERDE, V. **Territórios, ruralidade e desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, 2004. (Primeira versão, 1).

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n.15, p.87-145, out.2000.

WANDERLEY, M. N. B. Regards sur le rural brésilien. In: ZANONI, M.; LAMARCHE, H. **Agriculture et ruralité au Brésil**. Paris: Éditions Karthala, 2001. p. 27-58;

WANDERLEY, M. N. B. Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural: estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Org.). **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros: Universidade Federal de Sergipe, 2002.

